

Mulheres no Território de Identidade Rural Zona da Mata Rondoniense: Caminhos para uma participação efetiva e democrática

Women in the Rural Identity Territory of the Zona da Mata Rondoniense: Pathways towards the Democratic and Effective Participation of Women Associations

José das Dores de Sá Rocha^a

Roseline Mezacasa^b

Keli Réggias Dias^c

^aDepartamento de Engenharia Florestal – Universidade Federal de Rondônia.
Rolim de Moura, Rondônia
E-mail: josedesa@unir.br

^bDepartamento de História - Universidade Federal de Rondônia
Rolim de Moura, Rondônia
E-mail: roselinemezacasa@unir.br

^cEstudante de Graduação do Departamento de História
Universidade Federal de Rondônia
Rolim de Moura, Rondônia
E-mail: kelireggias@gmail.com

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.25469>

Recebido em 28.04.2017

Aceito em 24.09.2017

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a participação das mulheres no Território de Identidade Rural Zona da Mata Rondoniense a partir de três elementos, quais sejam: apresentar a política territorial às mulheres e extrair sua reação

em relação à política; buscar reflexões acerca das relações de gênero propiciadas pela política territorial – fato que implica na presença da mulher nos espaços públicos; e, por último, analisar os resultados construídos a partir do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, com a realização da oficina temática intitulada “Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de Identidade Rural da Zona da Mata”, que demonstrou um conjunto de desafios enfrentados pelas mulheres rurais para participarem da política territorial no Território de Identidade Rural Zona da Mata Rondoniense.

Palavras-chave: Mulheres, Política Territorial, Diagnóstico Participativo.

ABSTRACT

The present article aims at understanding the participation of women in the Territory of Rural Identity Zona da Mata Rondoniense in Brazil. The analysis includes three main elements: to discuss a territorial policy which targets rural women and to evaluate the reaction of women in relation to that policy; to reflect on the gender relations promoted by the territorial policy and finally, to analyse the results obtained through a Participatory Rural Diagnosis (DRP, in Portuguese), with the implementation of a thematic workshop titled “Pathways towards an Effective Participation of Women’s Associations in the Territory of Rural Identity of the Zona da Mata”. Our research put in evidence a set of challenges faced by rural women to participate in the territorial policy in the Territory of Rural Identity Zona da Mata Rondoniense.

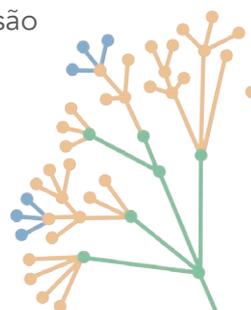
Keywords: Women, Territorial Policy, Participative Diagnosis.

1 INTRODUÇÃO

Os territórios rurais são frutos de uma política pública do Governo Federal intensificada no ano de 2003 a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (PRONAT), ligados ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – que incorporou a dinâmica de desenvolvimento territorial ao Estado brasileiro.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, grande propulsor da política territorial, a definição de território deve compreender os seguintes conceitos:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p. 4).



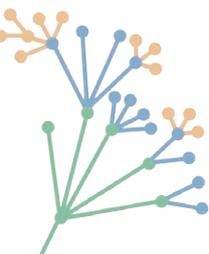
Dessa forma, pode-se entender que, o território, como política pública, envolve um comprometimento tanto em âmbito local quanto regional. Assim, tornar-se membro da política territorial fica a cargo dos municípios, os quais deverão se articular conforme suas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, uma vez que essa é iniciativa pautada em escolhas (MIRANDA,2012).As abordagens que versam sobre a discussão territorial, constituem a práxis e os próprios elementos do desenvolvimento. Para Miranda (2012, p. 125), o desenvolvimento territorial é “um ambiente em construção e em conflito”, e então, não deve ser constituído apenas como uma estratégia e/ou ferramenta do Estado, servindo para atender seus interesses, mas sim um instrumento para a maior participação social nas tomadas das decisões governamentais.

No que diz respeito ao conceito de desenvolvimento, o qual orienta a política territorial, Navarro (2001) elenca os dois momentos de destaque que o conceito de desenvolvimento passou nos últimos 50 anos. Até o final da década de 1970, a ideia de desenvolvimento, calcada no ideário do progresso, lema do governo militar, alimentava esperanças de uma vida melhor e estimulava iniciativas inovadoras. Em um segundo momento, a partir dos anos1990, a agricultura volta a ser discutida, principalmente no debate sobre as consequências negativas provocadas pela Revolução Verde. No Brasil há um grande anseio, especialmente por setores da academia, por uma (re)valorização da sociedade rural, relacionando os modos de vida e as atividades produtivas, as formas culturais e as organizacionais (NAVARRO,2001). Esse processo surge como elemento de novas percepções de desenvolvimento, pautadas nos princípios da sustentabilidade, em contraposição ao modelo de desenvolvimento rural implementado nos anos 1960 e 1980 – e, em muito, derivado dos princípios que convergiram para o acordo da Conferência Eco-92.

Para Miranda (2012), a ideia de desenvolvimento sempre esteve atrelada às noções de crescimento, evolução e maturidade como a resolução dos problemas da agricultura. Na abordagem territorial, o desenvolvimento não torna-se apenas uma ação isolada de entidades públicas e, sim, uma mobilização dos agentes locais para pensar e planejar ações futuras - uma ferramenta para acessar projetos e estruturas próprias, para, com isso, alcançar melhorias sociais e econômicas. Dessa forma, as ações territoriais se tornam “a capacidade desenvolvida no coletivo de pensar, compreender e agir coordenadamente” (DUNCAN, 2013, p. 123), o mecanismo de decompor e se apropriar, coletivamente, das dimensões que permeiam o meio rural.

A política territorial no estado de Rondônia é manifestada pela composição de sete territórios ativos, também reconhecidos pela administração do governo do estado. Três deles são Territórios da Cidadania, quais sejam: Central, Madeira Marmoré e Vale do Jamari e quatro de Identidade Rural: Zona da Mata, Cone Sul, Vale do Guaporé e Rio Machado.

O Território de Identidade Rural Zona da Mata (TZM) foi homologado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2011. O TZM é composto por



sete municípios, a saber: Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'Oeste, Castanheiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia D'Oeste.

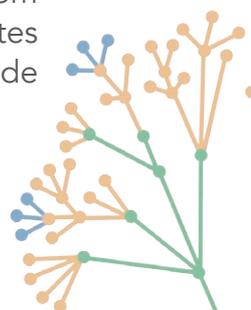
Segundo o regimento interno do Colegiado do Território, o TZM é constituído por um colegiado territorial composto por enviados de todos os municípios, com representação partilhada entre a sociedade civil e o poder público. A representatividade da sociedade civil (associações, cooperativas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, movimento dos pequenos produtores rurais) é formada por um mínimo de 50% e, os órgãos governamentais (poderes executivos, legislativos e judiciários) de no máximo 50%. Para essa composição de colegiado, existe um ponto fundamental explícito no regimento, qual seja, o de que deve haver paridade de gênero. O colegiado territorial é dotado de plena autonomia para deliberar sobre sua agenda, suas pautas prioritárias e suas estratégias de acompanhamento das políticas públicas (Resolução 48 e 52 CONDRAF).

No presente artigo, pretende-se compreender a participação das mulheres rurais nas ações desenvolvidas pelo colegiado do Território de Identidade Rural Zona da Mata (TZM). Para tanto, as fontes utilizadas para a construção da pesquisa foram o estatuto do colegiado do TZM, as atas das reuniões do colegiado e também o diagnóstico participativo, o qual foi aplicado durante a realização da oficina temática "*Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de Identidade Rural da Zona da Mata*".

Esta pesquisa foi norteadada pelo aporte teórico da pesquisa participante. Segundo Brandão (1984), a pesquisa participante deve estar pautada na perspectiva de envolvimento a partir de uma realidade social, dando-se início a pesquisa partir da observação participante, seguindo duas etapas: a primeira, observação das dinâmicas que ocorrem em determinado espaço social, com base nas dinâmicas dos sujeitos; a segunda, a necessidade de um envolvimento direto com as atividades dos sujeitos da pesquisa, a partir de uma participação efetiva em suas ações (BRANDÃO, 1984).

Dessa forma, com base nas discussões propostas por Brandão (2007), a presente pesquisa tomou características de pesquisa participante, tendo em vista que ao longo da execução do projeto os autores também estiveram diretamente ligados às pessoas envolvidas - nesse caso, as mulheres rurais. Esse processo se deu com a contribuição de assessoria do colegiado territorial, assim como no planejamento e execução das oficinas temáticas, realizadas nos municípios que compõem o TZM. Dessa maneira, no decorrer da pesquisa, um processo de envolvimento entre pesquisadores e mulheres rurais foi vivenciado.

A metodologia utilizada durante a oficina "*Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de Identidade Rural da Zona da Mata*", pautou-se nos princípios do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com dinâmicas e trabalhos de grupos realizados com todas as mulheres participantes - com destaque para os momentos nos quais as participantes tinham a liberdade



para expressarem suas ideias. Conforme Verdejo (2010):

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação.

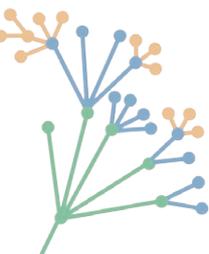
Para tanto, pautando-se na perspectiva da construção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), a oficina temática contou com espaço para apresentação sobre os conceitos fundamentais que orientam as ações do Território de Identidade Rural da Zona da Mata, construção do diagnóstico participativo, apresentação de relatos de experiências das mulheres rurais e a construção da árvore de problemas, onde as participantes, a partir das suas vivências, expressavam os problemas enfrentados por elas nas suas vidas de mulheres rurais, envolvendo, questões sobre gênero, família, economia, lazer, etc. A oficina foi realizada nos municípios que compõem o TZM e teve a participação de 97 mulheres rurais.

A etapa de mobilização das mulheres rurais para a participação nas oficinas ocorreu através da articulação entre o Núcleo de Extensão e Estudos em Desenvolvimento Territorial (NEDET), vinculado a Universidade Federal de Rondônia, e os articuladores locais do colegiado territorial. Os convites foram realizados através de conversas individuais, visitas às casas das agricultoras, parcerias com associações e com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Outra estratégia de mobilização foi a confecção de cartazes para distribuição nas assembleias territoriais e em pontos estratégicos nos municípios, além da utilização de meios de comunicação como o rádio, a televisão local e a internet.

A partir desse referencial metodológico, que envolveu pesquisa participante, diagnóstico Rural Participativo (DRP), além da leitura dos documentos oficiais do Colegiado Territorial, foi possível adentrar às realidades complexas das mulheres rurais do Território de Identidade Rural da Zona da Mata. E então, através da participação das mulheres nas ações do colegiado territorial, tais como a oficina temática, foi possível ouvir e detectar suas demandas e os gargalos existentes que precisam ser superados para uma efetiva participação feminina no colegiado.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RURAL ZONA DA MATA

Quando se propõe que mulheres ocupem espaços públicos e/ou políticos, é preciso analisar os papéis sociais que homens e mulheres ocupam na sociedade. Para tanto, é necessário que haja uma compreensão acerca da diferença entre sexo e gênero. Sexo está ligado aos aspectos biológicos, os quais são utilizados para distinguir o masculino do feminino. E o "conceito de gênero se refere as relações



entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens.” (GOUVEIA & CAMURÇA, 1997 p.32). Dessa maneira, foi a partir do viés biológico dessas definições de feminino e masculino, que os papéis que caberiam ao homem ou a mulher foram socialmente construídos.

Historicamente, as relações entre homens e mulheres foram estabelecidas através de relações de poder. Tais relações foram moldadas com o passar do tempo e “há uma tendência de considerar muitos atributos de mulheres e homens como naturais, porém não passam de características socialmente construídas, trata-se de uma naturalização do social” (COUTINHO DE PAULA, 2015, p.42). As características socialmente construídas fazem com que homens e mulheres desenvolvam determinadas atividades e comportamentos, não porque nasceram homens e mulheres, mas, sim, porque foram educados para agirem de tal modo.

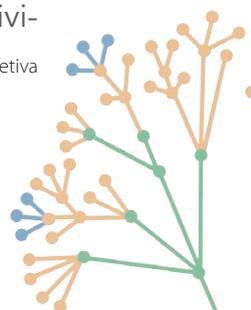
Essas definições que designam o lugar que as mulheres devem ocupar na sociedade interferem em todas as esferas de sua vida, seja no âmbito privado ou público. Um dos grandes pontos de discussão recai sobre a ideia de trabalho. Para muitos, o trabalho desenvolvido pelas mulheres no interior de suas casas não é considerado trabalho, mas, sim, uma obrigação, a qual está vinculada ao seu papel de mulher – uma característica socialmente construída. A afirmativa “*É obrigação de a mulher lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos*” ainda é bastante recorrente.

No cotidiano das mulheres rurais não é diferente. Mesmo desempenhando tarefas iguais às dos homens, a mulher geralmente é vista como alguém que ajuda o seu companheiro na lavoura e/ou na pecuária, ou em outras atividades. Para Coutinho de Paula “[...] o trabalho doméstico das mulheres, sejam trabalhadoras urbanas ou rurais; corriqueiramente remete à ideia de ajuda, pois é um trabalho que não possui reconhecimento” (COUTINHO DE PAULA, 2015, p. 52). Para Miguel & Biroli (2014):

O âmbito das relações familiares e íntimas pode ser também o da distribuição desigual das responsabilidades sobre a vida doméstica e sobre as crianças, dos estímulos diferenciados que favorecem um maior exercício da autonomia no caso dos homens, e a obediência ou engajamento em relações que cultivam uma posição de dependência e subordinação para as mulheres (MIGUEL&BIROLI, 2014, p. 34).

As palavras de Miguel & Biroli são contundentes e facilmente observadas nos cotidianos familiares. Uma mulher rural, participante da oficina temática realizada durante esta pesquisa, ao responder o diagnóstico participativo, citou sua experiência, a qual se aproxima, e muito, das palavras dos autores. Em uma pergunta a respeito dos motivos que impossibilitariam sua participação nas reuniões do colegiado territorial e/ou das assembleias territoriais, ela respondeu, “[...] é que o marido não apoia e [é] criança que estuda e [é] minha irmã deficiente que tenho que cuidar dela”³. Fica explícito que as obrigações no âmbito da casa, tais como o não apoio do companheiro, tendem a desfavorecer a participação da mulher nas ativi-

3 Informação retirada do diagnóstico participativo aplicado durante a realização da oficina temática Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de Identidade Rural da Zona da Mata em 2015.



dades do território. Assim, distribuição desigual de tarefas domésticas, tende, em sua maioria, a colocar a mulher em uma condição desfavorável à sua participação na vida pública e a manter incentivos para a ocupação do homem nesses espaços.

Gouveia e Camurça (1997), ao problematizarem os desafios que as mulheres enfrentam na participação de organizações que extrapolam os assuntos ligados ao ambiente familiar, destacam que:

[...] a política é uma coisa difícil para muitas mulheres porque, entre outras coisas, foram educadas para a vida privada, são tímidas quando estão em público, tem pouco treino para falar e reivindicar. Mas isso é assim não porque são do sexo feminino. É assim porque as relações de gênero formam o jeito de ser mulher e homem (GOUVEIA; CAMURÇA, 1997, p.20).

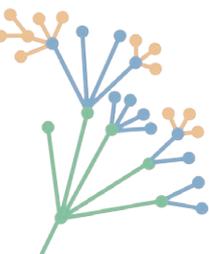
Dessa forma, quando mulheres rurais ocupam os espaços de decisões nos colegiados territoriais, elas estão, em um primeiro momento, rompendo com a estrutura hierárquica que as ensinou que não competia a elas estarem em tais espaços de decisão. Além disso, elas estão, em um segundo momento, redefinindo o lugar da mulher e o seu papel na sociedade, superando histórias de vidas pautadas na educação para o silenciamento sobre o público.

Sob a mesma perspectiva, os autores Miguel & Biroli (2014) apontam que:

Quando a organização das relações na vida privada constitui barreira a participação paritária de homens e mulheres na vida pública, fica reduzida a possibilidade de que as questões que se definem como relevantes a partir da experiência das mulheres na vida doméstica, como o cuidado com as crianças e os idosos e a violência e a dominação de gênero na família, ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos (MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 34).

Esse ponto, destacado pelos autores, é de extrema relevância para a construção de ambientes mais cidadãos, pois, a não participação também silencia as demandas do mundo feminino. Em contrapartida, é evidente que a participação das mulheres na vida pública, descortina maiores discussões sobre suas demandas, anseios e problemas. Entram em debate o que outrora não se discutia, como, por exemplo, questões relacionadas a violência doméstica, desigualdades nas responsabilidades da casa e salariais e o próprio papel da mulher na sociedade, assim, questões que ocorrem na vida privada também são temas em âmbito público. Dessa forma, as relações em cada uma das esferas ganham novas experiências.

Nesses contextos de valorização do papel das mulheres, enquanto protagonistas, nas tomadas de decisões, algumas agendas no campo das políticas públicas têm sido criadas, justamente para consolidar maior participação de mulheres em debates públicos, na tomada das decisões, tal como é proposto pela política territorial. Entretanto, os contextos históricos e sociais que destacam para as mulheres os espaços do privado, ainda, em muito, são as barreiras para a ocupação de espaços de decisão política pelas mulheres. A partir dessa constatação, a partir da pesquisa participante nas reuniões do colegiado territorial, foi pensada uma oficina



temática, com o objetivo maior de construir com as mulheres rurais mecanismos de fortalecimento para uma efetiva participação feminina no colegiado territorial.

OFICINA TEMÁTICA: CAMINHOS PARA UMA EFETIVA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RURAL ZONA DA MATA

A oficina temática intitulada, “**Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de identidade Rural Zona da Mata**” tornou-se duplamente propositiva. Primeiro, como proposta de encontro, pois pretendeu estabelecer uma discussão com o conjunto das mulheres rurais da região, a fim de apresentar o que é o TZMe o seu papel como política territorial⁴. A outra proposição, vinculada a oficina, foi a construção de um diagnóstico participativo, a partir das experiências das mulheres rurais, no qual fosse possível identificar suas demandas, dificuldades e relações com as políticas públicas disponibilizadas pelo Estado.

A articulação social para a realização das oficinas foi conduzida pelos membros do Território, principalmente pela figura dos articuladores locais⁵ em seus respectivos municípios, juntamente com o NEDET, a partir da assessoria de Gênero. Aos articuladores locais coube a responsabilidade de escolha do local, data e horários visando a melhor logística para a participação das mulheres. À assessoria de Gênero, vinculada ao NEDET, coube a realização da oficina e dos trabalhos de divulgação. A mobilização das mulheres ficou sob responsabilidade de todos os envolvidos e ocorreu a partir de convites feitos nas residências das mulheres rurais, nos sindicatos e na Emater local. Os meios de comunicações, tais como programas de rádio, televisão e redes sociais também foram utilizados na ampliação do convite para as oficinas, tendo em vista que a proposta visava envolver a maior quantidade de mulheres.

Os articuladores locais⁶ foram figuras chave para a efetivação e/ou não realização da oficina. A experiência de mobilização descortinou uma série de questões importantes para pensar a democracia participativa e as estratégias que as organizações devem/precisam traçar para conseguir a mobilização necessária para que o conjunto da população tenha as informações chave para compreender e então apoderar-se das políticas públicas. Observou-se que o processo de mobilização das mulheres para as oficinas demandou disponibilidade de tempo por parte dos articulares locais, entretanto tal disponibilidade é solidária, tendo em vista que esses sujeitos não recebem remuneração financeira por essa atividade. Nesse contexto, foi possível compreender diferentes perfis de articuladores locais, alguns acabaram não dando tanta atenção para as demandas e/ou contando com pouco

4 A oficina temática é uma das ações do Núcleo de Extensão e Estudos em Desenvolvimento Territorial- NEDET na tentativa de estabelecer estratégias para a efetivação da participação das mulheres no território identidade da zona da mata rondoniense.

5 Indivíduos dos municípios que compõem o TZM, o qual tem como responsabilidade realizar a articulação e mobilização em seus municípios. Seja para a realização de eventos ou para a divulgação do TZM.

6 O articulado local é uma função atribuída, de forma voluntária, a um participante do Colegiado do Território para a promoção da mobilização social em seu município.



tempo para as agendas territoriais – outros, por sua vez, dedicavam tempo e se empenhavam nas ações do território, detalhes que fizeram muita diferença na concretização da ação nos municípios.

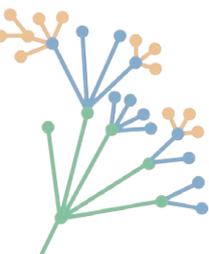
Nos municípios nos quais o articulador esteve atuante, cumprindo com seu papel de elo entre o colegiado territorial e as articulações para ações vinculadas ao Território no município, o planejamento e a execução ocorreram conforme o esperado - com um local adequado para a realização da oficina, de modo que todas as participantes estivessem a vontade. A partir da boa atuação dos articulares locais, também foi possível envolver um número maior de mulheres rurais, o que tornou o debate mais propositivo. Entretanto, observou-se que, nos municípios nos quais o articulador local não cumpriu com sua função, houve atrasos e um número reduzido de mulheres. Em municípios nos quais não existe a figura do articulador local, seja pela sua não participação no TZM ou desarticulação do próprio município no apontamento de um articulador -realidade constatada em dois dos sete municípios - não foi possível realizar a oficina, tendo em vista uma série de dificuldades de mobilização e articulação.

A oficina temática foi realizada em cinco municípios que compõem o TZM, sendo eles: Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste, Castanheiras e Rolim de Moura e contou com a participação de 97 mulheres rurais que contribuíram para a construção do diagnóstico participativo. Nos municípios de Novo Horizonte e Alta Floresta, não foi possível a realização das oficinas, tendo em vista as dificuldades na articulação local. A tabulação dos dados não foi feita por município, e sim pelo conjunto dos cinco municípios.

A idade das mulheres presentes nas oficinas foi, em média, 40,27 anos. A presença de mulheres jovens foi baixa, fato que é um reflexo do processo de envelhecimento do campo. A realidade observada no meio rural do TZM é de uma juventude que está saindo cada vez mais cedo do campo e indo para a cidade, principalmente as mulheres. O fechamento de muitas escolas rurais e a oferta do ensino médio somente na cidade é um dos fatores para esse abandono precoce do campo. As mulheres jovens que permanecem no campo acabam não tendo interesse em ocupar ambientes de discussões e debates, como nas associações, sindicatos ou até mesmo na comunidade da qual participam.

O diagnóstico foi composto por 18 questões, distribuídas entre objetivas e discursivas, as quais buscaram apresentar um panorama da mulher do meio rural, com perguntas sobre a idade de cada uma, tempo de residência na zona rural, conhecimento sobre a política territorial, demandas por cursos de formação, problemas e dificuldades enfrentadas, atividades produtivas empreendidas por elas, enfim, um arcabouço de questões para acessar a mulher rural do TZM.

Quando perguntadas sobre as organizações da qual participavam, 58,33% das mulheres afirmaram participar de alguma associação e, 41,67% disseram não fazer parte de nenhuma associação. Vale destacar que as associações rurais são mecanismos de resistência no meio rural, embora as associações estejam em um número



bem reduzido se comparado ao passado, ainda são instrumentos de coletividade que possui força política para acessar políticas públicas. Segundo Schere-Warren & Hahn Lüchmann (2015), existe, nacionalmente, um processo de enfraquecimento dos movimentos sociais partir do início do século XXI e, conseqüentemente, um enfraquecimento das associações.

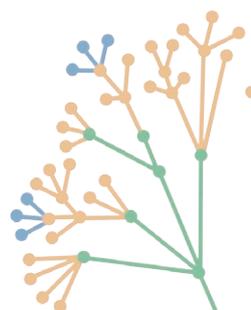
Uma das razões que motivaram o enfraquecimento das associações está diretamente ligada à compreensão da função de uma associação. Segundo relatos de mulheres participantes das oficinas, a participação delas nas associações é, muitas vezes, pautada em um caráter imediatista, na intenção de conseguir algum benefício - o que por vezes não é algo construído a partir de laços de pertencimento do indivíduo com determinadas demandas e discussões que fundam as organizações. Assim, após o acesso aos interesses, muitas deixam de participar, tendo em vista que não veem mais utilidade nas organizações.

As associações nas quais participam as mulheres que estiveram presentes nas oficinas, são, em sua maioria, mistas, ou seja, compostas por mulheres e homens. Na pergunta do diagnóstico a respeito da característica das associações, sendo elas mistas ou somente de mulheres, 52,57% das participantes não responderam. Isso é o reflexo da questão anterior que perguntava se as mulheres participavam ou não de associações - nela, 41,67 % das mulheres que participaram da construção do diagnóstico não eram atuantes em nenhuma associação. Dos 47,42% respondentes, 58,70% participam de associações mistas e 41,30% só de mulheres.

A participação de mulheres em associações mistas, tende, por vezes, a dar menos espaço para as demandas das mulheres. Um exemplo observado durante a realização da oficina no município de Alto Alegre contou com a presença de poucos homens. Quando estavam todos reunidos, homens e mulheres, muitas das mulheres não quiseram participar e debater determinados assuntos. Quando surgiram debates nessa ocasião, esses foram discutidos, em sua maioria, pelos homens. Entretanto, quando separadas para a construção do diagnóstico, o qual era direcionado exclusivamente às mulheres, percebeu-se que as discussões propostas tomaram outras perspectivas e tiveram uma maior participação⁷ das mulheres.

Para compreendermos a participação da comunidade nas atividades realizadas pela associação, perguntamos qual o grau de participação da comunidade em tais atividades. 63,91% das mulheres deixaram de responder, fato atrelado, como já mencionamos, à não participação de algumas mulheres em associações, dificultando, assim, respostas mais específicas acerca das associações e de seus diferentes mecanismos de funcionamento. Das perguntas que foram respondidas, 45,70 % afirmaram que a participação da comunidade é boa, 31,42% disseram ter pouca participação, 14,28% disseram ser regular e 8,57% mencionam que várias famílias participam, o que nos leva a entender que a participação das atividades da associação atinge uma parcela da comunidade e não se fecham apenas em seus membros.

7 Caderno de campo observação durante a oficina realizada no município de Alto Alegre dos Parecis em 2015.



Quando perguntadas se desenvolvem atividades produtivas para a comercialização, 60 mulheres responderam que sim e 24 disseram que não e, outras 13 não responderam. Entre os principais produtos que elas descreveram comercializar estão as frutas, entre elas abacaxi, laranja, maracujá, legumes, verduras, leite e seus derivados.

Durante a realização das oficinas, procurou-se, também, compreender as demandas por cursos e espaços de discussões, os quais desejavam as mulheres rurais do TZM. Tal proposta surgiu da necessidade de apresentar ao colegiado territorial as demandas reais das mulheres. Quando perguntadas sobre o desejo de fazer algum curso, as respostas mais frequentes estavam relacionadas a cursos sobre produtos orgânicos, homeopatia, corte e costura, manicure e pedicure, leite e seus derivados.

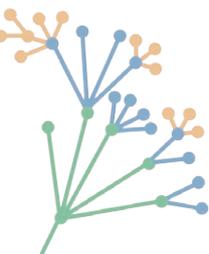
Com essas respostas evidenciou-se, durante a realização das oficinas, um conjunto de demandas das mulheres rurais – entretanto, a partir das análises das atas das reuniões de colegiado, essas demandas nunca foram identificadas. O que demonstra que, embora essas demandas existam, elas não estão sendo apresentadas nos espaços deliberativos do colegiado territorial. Vale ressaltar que o objetivo da política territorial é compreender as demandas das agricultoras e agricultores do campo e tomar decisões de caráter coletivo que possam suprir as necessidades, com o intuito de melhorar as condições de vida dos moradores do meio rural.

Sobre o acesso às políticas públicas por parte da associação, 63,77% das entrevistadas disseram que já acessaram e 36,23% disseram que não tiveram acesso. Foram citados o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE) no que diz respeito às políticas públicas que foram acessadas.

Além das políticas públicas via programas e projetos, também foram identificadas emendas diretas de parlamentares que destinam recursos às associações, sobretudo para a compra de equipamentos, veículos e/ou construção para o atendimento das demandas das associações. Os parlamentares, por sua vez, atendem seus colégios eleitorais no meio rural via repasse de emendas para aquisição de máquinas e implementos, os quais são os elementos mais caros dentro do processo produtivo. Esse processo, dependendo da forma de atuação dos parlamentares, pode desmobilizar o trabalho coletivo dos colegiados e fazer com que prevaleça a prática da política de favores, vez que recursos os públicos deveriam ser canalizados pelos órgãos do executivo, e os parlamentares dedicar-se-á a legislação.

Um dado importante referente a utilização das políticas públicas, é o acesso das mulheres ao PRONAF Mulher⁸, apenas 9,20% disseram que já acessaram e 90,80% disseram que não. Essa informação indica o quão ainda estão distantes as políticas estruturantes de efetivação da autonomia da mulher rural.

8 PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que possui algumas modalidades dentre elas uma específica destinada à mulher.



AS MULHERES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RURAL ZONA DA MATA

Em dezembro de 2014, quando foi iniciada a assessoria do NEDET ao colegiado territorial, foi realizada uma assembleia geral do TZM. Nessa reunião 23 pessoas compareceram, das quais apenas 08 mulheres. Face à constatação da escassa participação das mulheres nas assembleias territoriais, a proposta do NEDET foi compreender as motivações para esse fenômeno e, desse anseio, surgiu a proposta para a realização da oficina temática *“Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de identidade Rural Zona da Mata”*.

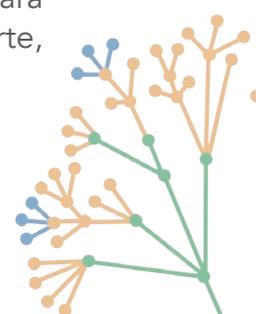
O objetivo da oficina era compreender se as mulheres rurais dos municípios que compõem o TZM conheciam a proposta da política territorial. Para tanto, durante a oficina, uma das perguntas do diagnóstico participativo era: «Você conhece ou já participou do Território de Identidade Rural Zona da Mata?». Das respondentes, 8,60% disseram que já conheciam ou já tinham ouvido falar do território e 91,40% informaram que não tinham conhecimento da política territorial. Esse dado alavanca uma série de reflexões acerca da realidade do TZM, no âmbito da mobilização da sociedade civil na região.

As bases da Política Territorial é proporcionar ambientes coletivos frutíferos para a tomada de decisões a partir de uma ampla participação social, de maneira que as reais demandas dos sujeitos do campo sejam discutidas. Entretanto, a realidade revelada, a partir da pesquisa participante realizada, é de uma baixa presença da sociedade civil, dada, em muito, pelo desconhecimento da política territorial, dessa forma, o colegiado territorial é ocupado principalmente por órgãos públicos ligados ao tema rural. Vale destacar as contribuições de algumas instituições públicas nos debates territoriais, entre elas a Emater⁹. Entretanto, o espaço do território precisa ser ocupado pela sociedade civil -sendo as associações, sindicatos e movimentos sociais, os grandes protagonistas dessa política. Caso contrário, esse espaço continuará sendo ocupado pelas instituições públicas que permanecerão elegendando suas demandas e prioridades para a agenda territorial.

A política de desenvolvimento territorial na Zona da Mata Rondoniense precisa de amadurecimento, tanto na sua importância para o meio rural, quanto nas suas demandas prioritárias. O número expressivo de mulheres que não sabiam da existência do TZM revela uma realidade complexa de lacunas entre as estruturas e os sujeitos: a política territorial deveria ser feita e construída pelos sujeitos do mundo rural, entre eles homens e mulheres, jovens, idosos, crianças para que o debate seja amplo e consiga agregar os interessados durante as assembleias territoriais, a fim de construir demandas de políticas públicas para todos e todas.

Quando perguntado às mulheres participantes da oficina o que as impossibilitava de participarem das reuniões do TZM, 56 não responderam. Das 41 respostas, 48,78% alegaram a falta de divulgação e comunicação como principal fator para a não participação das reuniões territoriais, 19,51% elegeram a falta de transporte,

9 Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.



17,07% disseram que é a falta de interesse e 14,63 % atribuíram a ausência devido as tarefas do dia-a-dia.

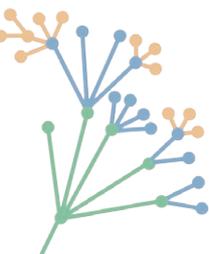
No tocante à falta de transporte, é importante compreender a dinâmica das mulheres que residem nomeio rural, pois a distância de suas residências dos locais de realização das assembleias acaba dificultando a participação. Durante as oficinas, uma mulher sugeriu: “[Para] muitas é a falta de transporte, faça a reunião segunda ou sexta que tem caminhão de linha¹⁰ ”¹¹, ou seja, uma proposta de adequação das agendas, estabelecendo dias de reunião a partir da disponibilidade de transporte nas linhas. A partir das observações realizadas ao longo de dois anos de pesquisa, não foi constatada nenhuma iniciativa dos membros do colegiado territorial para criação de estratégias efetivas/práticas para a participação das mulheres nas assembleias e demais reuniões. Ao analisar tais questões, ficou evidente que são pequenas/novas estratégias que propiciarão as condições para a participação das mulheres nas reuniões territoriais, entretanto, para compreender tais pequenas/novas estratégias é fundamental que elas, as mulheres, sejam ouvidas.

Por inúmeros fatores, a política territorial no TZM tem enfrentado dificuldades de efetivação, dentre esses fatores, podemos citar, o que consideramos de grande relevância: a falta de divulgação da política aos atores do meio rural. Identificamos que o principal instrumento de divulgação das ações territoriais tem sido a visita às entidades de base do meio rural, como sindicatos e associações, além da manutenção de um blog e o envio de e-mail para quem já participou de reuniões. Entretanto, mesmo com essas estratégias de mobilização ainda existem muitas lacunas sobre o conhecimento da política territorial e, fator que gera pouca participação das mulheres e homens do meio rural, que justamente, não participam por não conhecerem.

Dentro da organização do colegiado territorial são criados comitês, a partir de temáticas aglutinadoras, estando entre os comitês do TZM o de inclusão produtiva educação. Desde a sua criação em 2010, havia o desejo da criação, junto às mulheres, do Comitê de Mulheres, tendo em vista a compreensão da importância desse espaço para as reivindicações femininas. Entretanto, como observamos na reunião de dezembro de 2014, a pouca articulação feminina nas reuniões inviabilizava a constituição do Comitê de Mulheres. Nesse contexto, foi pensada e organizada a oficina temática «Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de identidade Rural Zona da Mata”, com o objetivo final que almejava a articulação das mulheres para criação do comitê, além de tronar-se um instrumento de divulgação da política territorial, como também espaço para ouvir as mulheres sobre temáticas que permeiam acesso as políticas públicas e também os seus cotidianos no meio rural: associações rurais, produção, gênero, família, participação política, etc.

10 Caminhão de linha, também conhecido como pau de arara, é um meio de transporte que, alternadamente entre os dias da semana, faz o trajeto da zona rural – cidade – zona rural. Ainda utilizado por muitos como principal meio de locomoção até a cidade

11 Informação verbal.



E assim, na assembleia territorial realizada no dia 20 de maio de 2016, em Novo Horizonte do Oeste, após a realização da oficina em cinco municípios, a reunião contou com a presença de 25 mulheres do total de 48 participantes. A participação das mulheres legitimou e demandou a criação do Comitê de Mulheres do Território de Identidade Rural da Zona da Mata no mesmo dia, composto, inicialmente, por seis mulheres dos municípios de Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta e Rolim de Moura. Dentre elas, estão agricultoras rurais e indígenas que já participam de associações e movimentos sociais.

O objetivo do Comitê de Mulheres é estabelecer debates, mobilizar a participação das mulheres rurais e apresentar junto ao colegiado territorial as demandas levantadas e construídas no âmbito do comitê, criando assim um espaço no qual as mulheres rurais possam discutir e debater seus interesses. Segundo Butto et al., (2014):

[...] À proposta de formar os Comitês se fundamenta na ideia de criar espaços coletivos para as mulheres compreenderem as dinâmicas de funcionamento do território e influenciarem, com suas análises e propostas, as diferentes instâncias da gestão. Assim, os comitês não se propunham nem a ser novas instâncias, nem a sobrepor as dinâmicas já existentes e muito menos a apenas garantir uma participação quantitativa das mulheres (BUTTO et al., p. 56 2014).

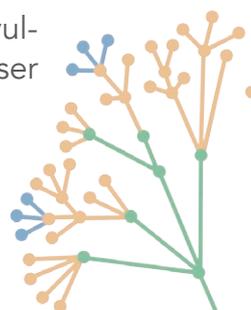
É necessário que haja, não somente a implementação do comitê para as mulheres rurais, mas, também, a construção de um espaço de caráter efetivo, como afirmam Miguel & Biroli (2014):

[...] Não basta eliminar as barreiras formais à inclusão, concedendo acesso a voto ou direitos iguais. É necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, "empurrá-los" para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastado dos espaços decisórios (MIGUEL&BIROLI, 2014.p.97).

A efetivação do comitê de mulheres no TZM é de suma importância para alcançar as demandas específicas das mulheres. Nesse aspecto, a oficina temática "*Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de identidade Rural Zona da Mata*" cumpriu seu papel, qual seja, de ser um momento de apresentação da política territorial, de sua finalidade, importância e relação com as mulheres rurais - com destaque para a importância de um comitê de mulheres efetivo, o qual represente as mulheres rurais do TZM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território de Identidade Rural da Zona da Mata ainda é muito recente e enfrenta diversas dificuldades, principalmente no que diz respeito à mobilização e à divulgação da política territorial nos municípios que o compõe. Existe uma lacuna a ser



preenchida no espaço do território, especialmente a respeito da participação da sociedade civil, sobretudo das mulheres, nas assembleias.

A ausência, nas ações do colegiado do território, dos movimentos sociais, das associações, dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais é frequente, fato que acaba contribuindo para o enfraquecimento do território, tendo em vista os pressupostos que o fundam. Dessa forma, um espaço que deveria ser ocupado por atores rurais, levantando suas demandas para um bem viver no campo, acaba sendo ocupado por instituições públicas- as quais, por vezes, direcionam os debates e as demandas para suas próprias necessidades e, conseqüentemente, também a aplicação dos recursos para sanar suas demandas.

A realização da oficina temática "*Caminhos para uma participação efetiva das associações de mulheres no Território de identidade Rural Zona da Mata*", foi significativa para indicar caminhos no intuito de superar as lacunas entre o colegiado territorial e as mulheres do território. Esse se tornou um momento de discussões acerca da política territorial e das apresentações de demandas, tais como a disponibilização de cursos de formação e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais. Assim, falar de política territorial também é falar sobre uma nova proposta de democracia, na qual as instituições aproximam-se dos sujeitos de maneira a buscar a melhor tomada de decisão. Entretanto, tal objetivo só será alcançado através de uma ampla mobilização dos protagonistas do campo, caso contrário corre-se o risco de essa ser mais uma política pública com pouca ramificação em sua base.

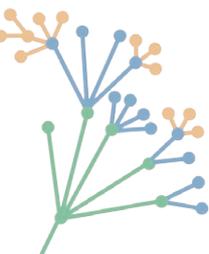
A implantação do comitê de mulheres, realizado após meses de oficinas nos municípios que compõem o TZM, foi a materialização de um longo trajeto de mobilização. Esse comitê é um dos primeiros passos importantes dados do território, pois possibilita uma maior e efetiva participação das mulheres, proporcionando novas discussões e debates, trazendo para a pauta as reais necessidades das agricultoras na trajetória de uma efetiva participação das mulheres nas ações do território de identidade rural da Zona da Mata rondoniense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.** SOCIEDADE E CULTURA, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 11-27.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento agrário. **Referências para o Desenvolvimento territorial sustentável** Brasília: CONDRAF/NEAD,2003.

BUTTO, Andréa; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Mirian. (Orgs.) **Mulheres rurais e autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014



COUTINHO DE PAULA, Larissa Araújo. **Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha (SP)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e tecnologias. Presidente Prudente, 2015.

DUNCAN, Marcelo. **Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes**. 2013. 287 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

GOUVEIA, Taciana; CAMURÇA, Silvia. **O que é Gênero**. Recife. 1ª edição: SOS-CORPO Gênero e cidadania, 1997.

MDA/SDT/CONDRAF. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, IICA, Documento do trabalho, versão de setembro de 2003.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política**. São Paulo. 1 edição: Boitempo, 2014.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do maranhão**. R. Pol. Pública. São Luís, v.16, n.1, p. 123-132, jan./jun.

SCHERER-WARREN, Ilse; HAHN LUCHMANN, Lígia Helena. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2015.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados 15 (43), 2001.

Verdejo, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro. 1ª edição: Contraponto, 2001.

